



PROCESSO:	23.798-1/2015
ASSUNTO:	RECURSO DE AGRAVO em REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA
AGRAVANTE:	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO:	MAURÍCIO MAGALHÃES FARIA NETO – OAB/MT 15.436 NÁDIA RIBEIRO DE FREITAS – OAB/MT 18.069 GUILHERME RODRIGUES MULLER – OAB/MT 18.062/E ANDREY ARANTES ABDALA AZEVEDO MAURÍCIO MAGALHÃES FARIA JÚNIOR ADVOCACIA S/S – OAB/MT 392 SILVA FREIRE & VARGAS ADVOGADOS ASSOCIADOS MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE – OAB/MT 8942 DARLÃ MARTINS VARGAS – OAB/MT 5300-B
RELATOR:	CONSELHEIRO VALTER ALBANO

RELATÓRIO

1. Trata-se de **Recurso de Agravo** (doc. Digital 187699/2020) interposto pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, por meio de sua Procuradoria Geral, **contra o Julgamento Singular 897/JBC/2019** (doc. Digital 171954/2019), **que negou seguimento ao Recurso Ordinário** contra o Acórdão 299/2018-TP (doc. Digital 161034/2018) interposto pela ora agravante, sob o argumento de ausência de legitimidade e interesse recursal (doc. Digital 174772/2018).
2. Nas razões recursais, a agravante alegou que os supostos atos irregulares foram praticados na gestão administrativa do Poder Legislativo Estadual, por representantes da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, e a despeito de ter figurado como parte interessada na Representação de Natureza Externa, durante toda a tramitação do feito, não lhe foi possibilitado o direito de manifestação, e que negar-lhe esse direito, representa interferência do órgão de controle externo num Poder devidamente constituído.
3. Ao final, requereu o provimento do agravo, para reconhecer a legitimidade da Assembleia





Legislativa, na condição de interessada direta, com o consequente processamento do recurso ordinário por ela interposto.

4. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 4355/2019 (Doc. Digital 210141/2019), do Procurador Geral de Contas Alisson Carvalho de Alencar, opinou pelo conhecimento (art. 270, III, RITCE/MT) e pelo não provimento do Recurso de Agravo.

Esse é o relatório.

